

# Tribuna

## Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



### QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Deputados federais e senadores do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo acabam de criar uma frente para segurar os royalties de exploração de petróleo nas bacias confrontantes com seus Estados – e que fortalecem, e muito, seus caixas. Por pressão de prefeitos, há dias, o ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, pautou para dia 20 de novembro a análise da liminar concedida pela ministra Cármen Lúcia na ADI 4.917, de autoria do Governo do Rio, que barra a redistribuição bilionária dos royalties desde março de 2013 para todos os municípios do País, e não com foco para os “Estados produtores”, como a lei anterior. Caso o plenário derrube a ADI, o Estado do Rio, já falido, quebra de vez, argumentam parlamentares.



Wladimir Garotinho

#### Meio barril

O Rio, que recebe hoje R\$ 13 bilhões por ano, pode ter queda para R\$ 6 bilhões/ano, afirma deputado Wladimir Garotinho (PSD), um dos idealizadores da Frente.

#### Defensor

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) abraçou a causa e já pediu audiências da Frente com Dias Toffoli e o presidente da Agência Nacional do Petróleo, Décio Oddone.

#### Segurou o caixa

Cármen Lúcia concedeu a liminar após a aprovação no Congresso da Lei dos Royalties do Petróleo (12.734/12). Isso salvou o caixa dos três Estados estes anos, em bilhões.

#### Óia nós aqui!

Os prefeitos de outros Estados, muitos com cidades também à beira da falência, seguem com os pires nas mãos. E têm esperança de conseguir essa grana extra para 2020.

bilhões.

#### Cofrinho

Enquanto o calote aumenta a cada ano, o índice de recuperação segue tímido. No ano passado foram recuperados apenas R\$ 5 bilhões. O saldo devedor previdenciário supera os R\$ 504 bilhões e representa 23% do estoque total da Dívida Ativa da União.

#### Sem tempo

Há um mês, o Governo enviou à Câmara Federal um projeto (PL 1.646/2019) que estabelece medidas de combate ao devedor contumaz. A proposta, no entanto, nem começou a tramitar.

#### Plano B

A outra opção do presidente é fundar um novo partido. Plano por ora não prioritário.

#### Café no bule..

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, visitou o então presidente Michel Temer no Palácio do Jaburu mais de uma vez em agenda extra. Agora descobre-se que a usina binacional Itaipu patrocinou com R\$ 1,5 milhão evento de empresa do ministro, o VII Fórum Jurídico de Lisboa, sem a aplicação da logomarca no painel.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

## IMPULSO Bolsonaro sanciona norma que torna mais baratas operações para MEIs, micro e empresas de pequeno porte

# Nova lei cria a empresa simples de crédito

**AMANDA PUPO**

Estadão Conteúdo, Brasília

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem o projeto de lei aprovado pelo Senado no final de março que cria a figura da empresa simples de crédito (SEC), com o objetivo de tornar mais barato o crédito para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte por meio de operações como empréstimos, financiamentos e descontos de títulos. A atuação deste tipo de empresa, restrita a funcionar com recursos próprios, é exclusiva ao município-sede e limitofre em que está sediada.

A criação da SEC pode injetar R\$ 20 bilhões, por ano,

em novos recursos para os pequenos negócios no Brasil. Isso representa, segundo a pasta, um crescimento de 10% no mercado de concessão de crédito para as micro e pequenas empresas, que em 2018 alcançou o montante de R\$ 208 bilhões. Segundo o Sebrae, o resultado será alcançado quando as primeiras mil empresas simples de crédito estiverem em atividade.

Na cerimônia, o ex-ministro e ex-gestor do Sebrae Guilherme Afif Domingos destacou que a lei dá um passo "importante na democratização do crédito", destacando que o cidadão poderá "empréstimo dinheiro na própria cidade" e desta-

cou que a medida traz maior competitividade ao mercado de crédito brasileiro.

O texto ainda cria o Inova Simples, regime especial simplificado que, de acordo com o governo, estabelece um rito simplificado e automático para abertura e fechamento de startups no mesmo ambiente digital do portal da Rede Nacional para Simplificação do Registro da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

### Regras

Do texto aprovado no Congresso, Bolsonaro vetou um artigo que limitava a responsabilidade dos titulares das startups.

O texto prevê que o valor



José Souza / Ag. A TARDE / 30.8.2016

Segundo o Sebrae, resultado será alcançado em breve

dos empréstimos, financiamentos e descontos de títulos não pode superar o valor do capital declarado pela empresa, que também não pode ser um banco. A empresa não pode cobrar qualquer tarifa e o ganho máximo com juros não poderá exceder o limite de receita bruta para empresa de pequeno porte, hoje em R\$ 4,8 milhões por ano.

A SEC também fica impedida de realizar captação de recursos ou emprestar dinheiro a entidades da administração pública. As operações da empresa devem ser registradas em entidades autorizadas pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

|                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Mercado |
| Data: 25/04/2019           | Página: --       |

## FOLHA DE S.PAULO

### Arrecadação federal cai 0,6% em março, para R\$ 109,86 bi

### **Resultado também fica abaixo de expectativa do mercado, avaliada em R\$ 114 bi**

24.abr.2019 às 11h05

**Danielle Brant**  
**Brasília**

Depois do [recorde registrado em fevereiro](#), a arrecadação federal registrou recuo real (descontado a inflação) de 0,58% em março em relação ao mesmo mês do ano passado, informou a Receita Federal nesta quarta-feira (24).

O saldo, em preços correntes, foi de R\$ 109,854 bilhões. O centro de expectativas da agência de notícias Bloomberg calculava uma arrecadação de R\$ 113,928 bilhões. No acumulado do ano, a arrecadação está em R\$ 385,341 bilhões, aumento real de 1,09% ante os R\$ 366,4 bilhões do primeiro trimestre de 2018.

Em março, a produção industrial registrou alta de 1,94. A venda de bens cresceu 7,7%, enquanto as vendas de serviços registraram elevação de 3,8%. No mês passado, a arrecadação do governo com a Cide, imposto sobre combustíveis, teve queda de 48,1%, para R\$ 219 milhões. Já as receitas com IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) cresceram 7,51%, para R\$ 3,22 bilhões.

No primeiro trimestre, a arrecadação com Imposto de Renda pago por empresas e com a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) cresceu 13,07%, passando para R\$ 80,4 bilhões. Segundo Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, a tendência é que o número continue melhorando. “A trajetória de recuperação da atividade econômica é crescente. Como a base de comparação é o ano anterior, sempre vamos ter um crescimento. O indicativo é que as empresas, no ano de 2018 e primeiro trimestre de 2019, tiveram um desempenho superior a 2017 e ao primeiro trimestre de 2018”, afirmou.

No acumulado dos últimos 12 meses, o governo registra alta real de 2,89% na arrecadação, para R\$ 1,476 trilhão. Segundo documento apresentado pela Secretaria de Política Econômica, a arrecadação tem sido negativamente afetada pelo [nível de atividade econômica ainda fraco](#). A aprovação de reformas, como a da [Previdência](#), ajudaria a melhorar a situação e a estabilizar a relação dívida/PIB (Produto Interno Bruto).

Para este ano, a meta de déficit primário do governo central é de R\$ 139 bilhões — no ano passado, o rombo fechou em R\$ 120,3 bilhões.

|                            |                          |
|----------------------------|--------------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Colunas e Blogs |
| Data: 25/04/2019           | Página: --               |

# FOLHA DE S.PAULO

[Vinicius Torres Freire](#)

[vinit@uol.com.br](mailto:vinit@uol.com.br)

## Brasil, um país 1%: emprego e impostos indicam que economia anda no ritmo de 2017 e 2018

### ***Não há, por ora, motivos para acreditar que esta situação de modorra mude antes da metade do ano***

25.abr.2019 às 2h00

A cada semana aparecem sintomas de que a economia brasileira se acomodou a um [ritmo de crescimento de pouco mais de 1% ao ano](#), como em 2017 e 2018.

Os sinais mais recentes de lerteza vieram dos balanços de março do [emprego com carteira assinada](#) e da [arrecadação federal de impostos](#), divulgados nesta quarta-feira (24) pelo governo.

Desde outubro do ano passado, o número de empregos com carteira assinada cresce em torno de 1,4% ao ano. Nesse ritmo, apenas em março de 2022 o país voltaria a ter empregos formais na mesma quantidade de março de 2015. Não é uma previsão, claro, mas uma medida do tamanho do atraso e do estrago.

Desempregado mostra carteira de trabalho em fila por vaga no centro de SP - Amanda Perobelli - 29.mar.19/Reuters

Desde outubro do ano passado, o valor da receita de impostos do governo federal cresce cada vez mais devagar. A arrecadação do primeiro trimestre foi apenas 1,1% maior que a do início do ano passado (em termos reais: descontada a inflação). É outro indício de economia devagar, quase parando.

O emprego com carteira anda mal por causa da [indústria](#), entre os grandes setores da economia. As fábricas até pareciam se animar um pouco em abril e maio do ano passado. A partir de outubro, o caldo entornou, e a panela de empregos novos ficou vazia. Desde então, o número de pessoas empregadas com carteira assinada é praticamente o mesmo (na comparação com o mesmo mês do ano anterior).

Há regiões e estados com problemas mais sérios de emprego, como o Nordeste, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, entre os maiores. A indústria pernambucana sangra empregos, assim como a fluminense, em particular nas fábricas de alimentos, bebidas, mecânicas e de material de transporte.

A construção civil, o grande setor que proporcionalmente perdeu mais empregos no país, ainda se recupera, mas de modo quase imperceptível, para não dizer irrelevante.

Os focos de crise são, pois, praticamente os mesmos desde o início desta recuperação, que, na verdade, fálhou. O país está em uma espécie qualquer de depressão.

A gente tem costumado atribuir a frustração das previsões de crescimento à incerteza provocada por crises políticas anuais desde 2013 ou indefinição a respeito do conserto das contas públicas. Mas a vida do analista fica fácil, assim. Em parte, atribui-se o erro de estimativa a um efeito maior (e até então desconhecido) da incerteza sobre a atividade econômica.

Pode até ser. Pode ser coisa pior, um defeito mais crônico. Pode ser simples falta de um impulso de demanda (um empurrão qualquer do gasto do governo ou das empresas, investimento extra, difícil de fazer).

O fato é que não aumenta de modo relevante o investimento em novas instalações produtivas, construções, máquinas, equipamentos, o que faz a diferença na aceleração (ou freio) do ritmo da economia.

Há quem diga que, sem consertos de fundo, que dão resultados em médio e longo prazo, a coisa não vai. Mas não haverá longo prazo caso sobrevenha uma explosão qualquer de impaciência no curto prazo, “fadiga de reformas”, tumulto social e político.

Conviria pensar se a direção de curto prazo da economia está adequada. Obviamente, não virá milagre do crescimento, mas isso não é motivo para justificar passividade em temas que vão de juro a concessões de obras, por exemplo.

Em suma, não há, por ora, motivos para acreditar que esta situação de modorra mude antes da metade do ano. Pode piorar, se continuarem os surtos de tolice, picuinha oligofrênica e incompetência do comando do governo.

*Vinicius Torres Freire*

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

|                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Mercado |
| Data: 25/04/2019           | Página: A15      |

# FOLHA DE S.PAULO

## Recuperação da renda tem o seu pior momento na história

*Não há paralelo de retomada tão lenta no Brasil após uma recessão, diz consultoria*

25.abr.2019 às 2h00

**Flavia Lima**  
**São Paulo**

Nunca foi tão difícil para o brasileiro conseguir recuperar a renda após um período de recessão econômica —e o processo ainda corre o risco de se prolongar. O padrão de vida medido pela chamada renda per capita, que divide o PIB (Produto Interno Bruto) pelo número de habitantes, estagnou ao redor de R\$ 32 mil no Brasil. O valor está 9% abaixo do pico, alcançado no primeiro trimestre de 2014 —ou seja, há 19 trimestres.

Observando a série histórica, a lentidão atual supera aquela que seria a pior até então, registrada após a recessão de 1989, segundo estudo feito pela consultoria AC Pastore, do ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. Naquele momento, a renda por habitante se situava 6,5% abaixo do teto após um período de 19 trimestres.

O estudo tem como base os ciclos recessivos registrados pelo Codace, um comitê de economistas alojado na Fundação Getulio Vargas. Segundo a AC Pastore, o movimento preocupa, porque demonstra que o padrão de vida do brasileiro demora a se recuperar, o que coloca o Brasil ainda mais distante da renda de países desenvolvidos. "Nesse ritmo de crescimento de 1% do PIB e da população, não voltaremos ao pico da nossa renda per capita nunca", diz Marcelo Gazzano, economista da AC Pastore.

O processo lento de reação da renda por habitante, diz o economista, também compromete a capacidade de consumo. Diante do baixo nível da renda per capita, não há como manter qualquer otimismo com relação à recuperação do consumo das famílias— componente que, ao representar mais de 60% do PIB, é crucial para a retomada. Um dado adicional preocupante é que a renda per capita pode experimentar mais um ano de estagnação. O per capita é o PIB dividido pela população do país.

Logo, se o crescimento econômico em 2019 corroborar a expectativa de um grupo cada vez maior de economistas e ficar próximo de 1%, é provável que o PIB per capita encerre mais um período sem reação, já que a população brasileira também cresce perto de 1%. Como outras forças capazes de elevar o crescimento também não estão operando (entre elas o investimento), a consultoria projeta uma taxa de crescimento do [PIB entre 1% e 1,5%](#), com chances maiores de que o PIB fique no limite inferior do intervalo —num círculo vicioso perverso. Em reais, o PIB per capita está hoje ao redor de R\$ 32 mil, ou seja, se a renda fosse igualmente distribuída por toda a população, cada brasileiro teria pouco mais de R\$ 2.500 por mês.

Só para dar uma ideia de grandeza, se o ritmo de recuperação fosse igual ao registrado em 1989, a renda per capita no fim de 2018 seria de R\$ 33 mil —R\$ 1.000 a mais no ano e R\$ 80 a mais ao mês. Mesmo após o período recessivo, diz Gazzano, em termos absolutos o PIB per capita hoje, de R\$ 32 mil, é maior do que o de 1989, de R\$ 24 mil em valores atuais. "No longo prazo, teve evolução. Mas o ponto é que, após a recessão mais recente, a reação não veio. Só algo pequeno no primeiro trimestre de 2017, em razão do avanço do setor agrícola. Depois disso, o PIB cresceu exatamente o que cresceu a população", diz.

O per capita pode ser considerado uma medida de bem-estar da sociedade usada no cálculo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em conjunto com a escolaridade e a expectativa de vida. Embora seja considerado uma medida de desenvolvimento do país, sozinho ele não conta toda a história. Um país de renda por habitante elevada pode ser extremamente desigual.

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online           |
| Data: 25/04/2019 | Coluna: Economia |

**O GLOBO**

## **Brasil precisa mais que dobrar investimento em infraestrutura em 20 anos para chegar à média global**

Segundo levantamento do BNDES e do Banco Mundial, país necessita elevar investimentos de 2,1% para 4,7% do PIB

**Rennan Setti**

25/04/2019 - 10:52



Para o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Joaquim Levy, a infraestrutura é um dos elementos mais fundamentais para a retomada do crescimento. Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil / Agência O Globo

RIO - O Brasil precisaria mais do que dobrar seu nível de investimento em infraestrutura nas próximas duas décadas apenas para se igualar à média global, concluiu estudo da consultoria McKinsey, elaborado a pedido do BNDES e da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), do Banco Mundial.

De acordo com o levantamento, o país deveria elevar a 4,7% do PIB (Produto Interno Bruto) seu investimento no setor pelos próximos 20 anos para acumular um estoque de infraestrutura equivalente a 70% da economia brasileira, percentual que é a média global do segmento. Como mostrou reportagem do GLOBO este mês, o estoque brasileiro caiu de 58,2%, em 1986, para 35,9% hoje, segundo a consultoria Inter.B.

Entre 2000 e 2016, porém, o país aplicou em média apenas 2,1% do PIB em infraestrutura. Com a crise, o investimento diminuiu ainda mais: no ano passado, o aporte foi de 1,69% do PIB, segundo estimativa da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base

(Abdib).

Segundo Carlos Eduardo Gondim, sócio da McKinsey, a defasagem brasileira é uma oportunidade, uma vez que o impacto positivo do investimento em infraestrutura na economia é maior aqui do que em outros países. No Brasil, um aumento de 1% no investimento em infraestrutura levaria a avanço de 2,1% do PIB ao longo de uma década, calculou o estudo. A média global é de 1,6% nesse tipo de comparação, variando entre 1,8% nos EUA e 0,6% no Japão, por exemplo.

- Aqui, o efeito multiplicador no PIB é ainda maior - disse Gondim, em evento na sede do BNDES sobre o cenário da infraestrutura.

O avanço do investimento esbarra no colapso do setor de construção civil no Brasil com a recessão e as repercussões da Lava Jato sobre as empresas do segmento. De acordo com o levantamento, a receita líquida das 50 maiores construtoras do país despencou de R\$ 69 bilhões, em 2013, para R\$ 27 bilhões em 2017.

- A infraestrutura é um dos elementos mais fundamentais para a retomada. Felizmente temos um mecanismo que permite a construção voltar. O PPI (Programa de Parcerias de Investimentos, de concessão) foi montado para criar um fluxo de projetos - afirmou o presidente do BNDES, Joaquim Levy. - O BNDES participa com a estruturação e o financiamento. Talvez, agora, com um financiamento diferente, com investidor privado mais integrado. E há demanda para investimento de longo prazo, com renda estável por muitos anos.

Segundo Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, a expectativa é que o PPI, com os projetos já aprovados e os novos que serão incluídos no programa, representará R\$ 70 bilhões anuais pelos próximos 5 anos. Segundo ele, o valor é muito aquém do necessário.

- Nossa necessidade é de R\$ 300 bilhões por ano. Isso (R\$ 70 bilhões) não é nada, é uma gota no oceano - criticou Tadini.



25/04/2019 - 05:00

# Desoneração e economia fraca pesam, e arrecadação cai 0,6%

Por Edna Simão e Ana Krüger

O nível de atividade econômica e o aumento das compensações e desonerações impactaram diretamente o desempenho da arrecadação de tributos não só no mês passado como no trimestre. O recolhimento de tributos federais somou R\$ 109,854 bilhões em março, pior resultado para o mês em dois anos e uma queda real de 0,58% em relação ao mesmo período do ano passado. No trimestre, no entanto, essa receita ainda registra expansão real (1,09% ante igual período de 2018) ao totalizar R\$ 385,3 bilhões - o melhor número desde 2014.

De acordo com o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, "a arrecadação registrada e as nossas projeções estão dentro das previsões do mercado". Estudo da Secretaria de Política Econômica apresentado durante a divulgação dos números da arrecadação pelo coordenador de política fiscal, Bernardo Schettini, aponta que "o nível da atividade econômica tem afetado negativamente a arrecadação federal".

## Leia mais

1. [Emprego formal volta a cair em março](#)
2. [Para analistas, alimentos provocam aceleração de prévia do IPCA em abril](#)

De acordo com os dados apresentados pela Receita Federal, as compensações tributárias feitas pelo governo somente em março chegaram a R\$ 7,850 bilhões, aumento de 65,92% na comparação com o mesmo mês de 2018. No trimestre, o aumento foi 26,9% ante mesmo período de 2018 ao atingir R\$ 23,102 bilhões. As desonerações também subiram. No mês, a alta foi 16,58% para R\$ 8,1 bilhões, e, no trimestre, de 11,91% para R\$ 23,2 bilhões.

Malaquias minimizou o desempenho negativo da receita em março, dizendo que o mais adequado é fazer uma avaliação das receitas apuradas no acumulado dos três primeiros meses do ano para que não haja interferência do fato de as empresas poderem apresentar a declaração de ajuste para pagamento de tributos entre janeiro e março.

## Perda de fôlego

Arrecadação recuou 0,6% no mês passado

■ Arrecadação federal em março, em R\$ bilhões



■ Resultado das principais receitas em março de 2019

| Em R\$ bilhões         | Var. ante igual março de 2018, em % |
|------------------------|-------------------------------------|
| Receita previdenciária | 33,1                                |
|                        | -0,43                               |

O aumento das compensações, conforme o técnico da Receita, ocorreu porque houve um represamento em 2018 devido à lei que proibiu o abatimento de tributo pelos contribuintes que apresentam declaração de IRPJ/CSLL com base na estimativa de lucro. "Valores passíveis de compensação não puderem ser mais compensados. Primeiro, houve represamento dos créditos", contou Malaquias, acrescentando que agora deverá haver uma normalização.

No caso das desonerações, Malaquias disse que a alta está atrelada à retomada da própria economia. Questionado sobre se o governo estuda rever

desonerações com prazo muito longo ou ainda sem data-limite, o técnico da Receita afirmou que as mudanças envolvem muitos fatores e estão em discussão.

Ele reforçou que o importante é acompanhar a evolução de todas as renúncias e afirmou que periodicamente todos os setores do governo recebem dados quantitativos sobre as desonerações. "Por trás de cada benefício você também tem uma política fiscal, tributária, ou pública atrelada. Os benefícios não foram criados aleatoriamente." Malaquias afirma que a forma de financiamento das políticas precisa ser revista.

Durante a explicação dos dados, Schettini aproveitou para fazer uma defesa da aprovação da reforma da Previdência Social, que dará "fôlego maior" para o crescimento e, conseqüentemente, para arrecadação tributária.

Segundo ele, a Sondagem da SPE/Prisma Fiscal (expectativa do mercado para as contas públicas do país) indica que o setor privado está em "compasso de espera" e aguarda sinais mais claros de que a reforma da Previdência será aprovada. O estudo destaca também que, com aprovação integral da reforma, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) será de 3% em 2022. Sem ela, a expansão da economia seria de 1%.

25/04/2019 - 05:00

# Para indústria paulista, governo será incapaz de sanar desequilíbrio fiscal

Por André Guilherme Vieira

Três em cada quatro industriais de São Paulo acham que o governo Jair Bolsonaro será incapaz de solucionar o problema do desequilíbrio fiscal.

É o que aponta pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que relaciona o desempenho industrial às medidas que podem ser adotadas pelo governo.

Para 75% dos entrevistados, a equipe econômica tomará providências, mas elas serão insuficientes para resolver o rombo nas contas públicas.

## Sinais de otimismo

Expectativa da indústria de São Paulo, em % na comparação com 2018

**74,7%**

Das empresas entrevistadas acreditam que o governo tomara medidas, mas não conseguirá resolver o desequilíbrio fiscal

A reforma da previdência será aprovada com alterações para 64,7% das empresas entrevistadas, enquanto o número que...

Apesar de 95% dos consultados acreditarem na aprovação da reforma da Previdência, 65% esperam que o texto sofra alterações, enquanto 24,1% apontam que haverá modificações significativas em relação à versão original.

A expectativa quanto à aprovação da reforma tributária também é alta: 69,2%. Pouco mais da metade dos empresários (56,5%), porém, avalia que as medidas vão corrigir ao menos parte das deficiências do sistema tributário.

Metade acredita que as mudanças na estrutura tributária brasileira vão ocorrer em 2020. Já 26,5% dos industriais pesquisados não contam com a aprovação da reforma. Sobre os juros, 68,6% esperam que o Banco Central mantenha a Selic no nível atual de 6,5% ao ano.

Na avaliação do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, a pesquisa mostra a percepção do empresariado em um dado momento. "É mais um diagnóstico do que um prognóstico." Para ele, há otimismo quanto à aprovação das reformas e ao crescimento a partir de 2020.

"A indústria, o agronegócio, estão todos ansiosos pelo crescimento. Não se trata de pessimismo, a pesquisa é bastante realista. Porque o que se espera é um ajuste fiscal para depois de aprovadas as reformas. E vão ser aprovadas, a da Previdência acabou de passar na Comissão de Constituição e Justiça", afirma.

Na opinião de Skaf, o governo Bolsonaro acabou de começar. "Não dá para atacar todos os pontos simultaneamente."

"Seria muito otimismo achar que em um governo que tem déficit os impostos possam baixar. O ministro da Economia [Paulo Guedes] fala em compensação, em baixar em um setor e elevar em outro, ele não fala em redução." Para o presidente da Fiesp, a redução de impostos deve se concretizar nos próximos anos.

"Desde que os impostos não subam e a gente retome o crescimento, criam-se condições para baixar impostos nos próximos anos. É claro que a gente quer baixar imposto, mas só vai ter condição talvez no ano que vem."

O levantamento mostra otimismo com relação à infraestrutura. A melhora do ambiente de negócios com investimentos privados é esperada por 67% dos entrevistados.

Dos empresários ouvidos, 62% esperam que o governo tome medidas para simplificar procedimentos e reduzir a burocracia excessiva, mas sem ser capaz de melhorar de modo significativo o relacionamento do Estado com cidadão e empresas.

O levantamento também aponta que 56,5% não veem chances de o governo tomar decisões efetivas para reduzir o custo do crédito.

A pesquisa "Rumos da Indústria Paulista" consultou 490 empresas da indústria de transformação de São Paulo e foi realizada por e-mail entre os dias 25 de março e 5 de abril.

|                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Mercado |
| Data: 25/04/2019           | Página: --       |

## FOLHA DE S.PAULO

### Câmara deve instalar comissão especial da reforma da Previdência nesta quinta

#### *Presidente da Câmara passou o dia com líderes partidários articular composição da cúpula*

24.abr.2019 às 22h44

**Thiago Resende Angela Boldrini**  
**Brasília**

O presidente da Câmara, [Rodrigo Maia \(DEM-RJ\)](#), marcou para esta quinta-feira (25), às 11h, a instalação da comissão especial da [reforma da Previdência](#) —segundo passo para o Congresso aprovar a proposta. O grupo será formado por 49 membros, sendo que a [maioria é do centrão](#), partidos independentes ao governo e que, juntos, podem acelerar ou atrapalhar o andamento de projetos na Câmara.

Após a aprovação da reforma na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Maia teve um dia cheio de reuniões com líderes de partidos para articular a composição da cúpula da comissão especial. O centrão é o mais cotado para assumir a presidência do colegiado. A disputa está entre o PR e o DEM —deputados Marcelo Ramos (PR-AM) e Pedro Paulo (DEM-RJ).

Paulo é próximo do presidente da Câmara e também é cogitado para a relatoria da PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Mas, para a relatoria, o PSDB pode ter preferência. O partido reconhece a necessidade da reforma da Previdência e tem perdido protagonismo político.

Dentro da sigla, Eduardo Cury (SP) e Samuel Moreira (SP) são bem cotados. Os dois são da região Sudeste, onde há maior apoio às mudanças nas aposentadorias. Os parlamentares do PSDB têm a preferência da equipe econômica. O [secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho](#), era deputado do partido até o ano passado, mas não foi reeleito.

Líderes do centrão já preparam emendas para desidratar a reforma da Previdência na comissão especial. Caberá ao relator da reforma negociar mudanças no texto com a equipe econômica. O governo precisará conter a insurreição de partidos independentes para preservar a expectativa de corte de gastos públicos com as alterações nas regras previdenciárias.

Aliados de Maia que foram sondados para ocupar cargos na cúpula da comissão especial rejeitaram o convite por não acreditarem que a articulação política e relação entre o presidente Jair Bolsonaro e o Congresso melhorará. O governo, por exemplo, não cumpriu a promessa de abrir parte dos dados detalhados do impacto da reforma nesta quarta (24).

Deputados apresentaram, em março, requerimentos ao Ministério da Economia para que informações do efeito de cada medida da PEC fossem divulgadas. O prazo venceu nesta quarta. Isso deve ser feito apenas nesta quinta, quando Marinho se reunirá com líderes partidários na residência oficial de Maia.

O governo mantém o sigilo desses números. Reportagem publicada neste domingo (21) pela Folha mostrou que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, vinculada ao ministério, blindou esses papéis. A decisão consta de resposta a pedido do jornal, formulado com base na Constituição e na Lei de Acesso à Informação (LAI), cujo objetivo é o de conhecer com mais profundidade estatísticas, dados econômicos e sociais que sustentam o texto em tramitação no Congresso.

|                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Opinião |
| Data: 24/04/2019           | Página: A2       |

# FOLHA DE S.PAULO

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

### A reforma se move

Proposta para a Previdência passa pela CCJ sem mudanças relevantes; preservação do essencial do texto agora dependerá do empenho de Bolsonaro

Embora tardia, a aprovação da proposta de reforma da Previdência pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, na noite de terça (23), reforça a impressão de que uma certa inércia política favorece o avanço do texto.

A imperícia do governo Jair Bolsonaro (PSL) nos entendimentos com os partidos atrasou a data de votação além do usual. Ainda assim, obteve-se maioria expressiva no colegiado, de 48 a 18 em um total de 66 membros. Convém recordar que, em 2016, o projeto previdenciário encaminhado por Michel Temer (MDB) passou ali por 31 a 20.

Desta vez, há um presidente em início de mandato obtido nas urnas, a cumprir o anunciado a seus eleitores. Mais que isso, a perspectiva de desdobramentos funestos em caso de fracasso da reforma tende a aguçar o instinto de sobrevivência dos congressistas.

Causa inquietude, é verdade, a modificação precoce da proposta pela CCJ — comissão dedicada, em tese, apenas a verificar a compatibilidade de projetos com as normas da Constituição.

Mas, se indica fragilidades na articulação governista, a retirada de quatro dispositivos do texto em nada prejudica os objetivos mais fundamentais e meritórios do redesenho do sistema de aposentadorias.

Os deputados suprimiram, por exemplo, o intento de acabar com a multa equivalente a 40% do saldo do FGTS em caso de demissões

sem justa causa de aposentados que voltaram ao mercado de trabalho — uma esquisitice que gerava controvérsia desnecessária.

Em outro caso, fechou-se a brecha que facilitaria alterar a idade para a aposentadoria compulsória de servidores, hoje de 75 anos. O artigo suscitou a suspeita de que o governo pretendesse antecipar a substituição de ministros do Supremo Tribunal Federal.

É provável mesmo que tais aspectos laterais estivessem na proposta justamente para movimentar as negociações com o Congresso.

Nesse sentido, o texto contém outras medidas, de impacto muito maior, cuja revisão se dá como certa nas próximas etapas da tramitação parlamentar. Entre elas se destacam as regras duras para a Previdência do setor rural e os benefícios assistenciais a idosos.

Dependerá do empenho de Bolsonaro preservar ao máximo o alcance da reforma no que ela tem de essencial — o desestímulo a aposentadorias precoces e o combate a privilégios no serviço público.

Os custos da barganha política cairão se o mandatário progredir no convencimento da sociedade, no debate programático transparente com os partidos, nas boas relações com o Congresso.

Para tanto, o pronunciamento desta quarta-feira (24) em que agradeceu ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi apenas um bom recomeço.

|                            |                          |
|----------------------------|--------------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Colunas e blogs |
| Data: 25/04/2019           | Página: --               |

# FOLHA DE S.PAULO

[Painel S.A.](#)

[joana.cunha@grupofolha.com.br](mailto:joana.cunha@grupofolha.com.br)



## Empresários enviam conteúdo viral de apoio à Previdência a Rodrigo Maia

### **Grupo Brasil 200 encaminha peças de redes sociais na esperança de que Maia repasse a deputados**

24.abr.2019 às 2h30

#### São Paulo

Enquanto a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara se preparava para votar a PEC da Previdência nesta terça-feira (23), o movimento de empresários Brasil 200 —que reúne nomes como Flávio Rocha (Riachuelo) e João Appolinário (Polishop)—criava conteúdos virais em série com mensagens em defesa da reforma.

O conteúdo será enviado para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, nesta quarta-feira (24), na esperança de que ele dispare entre deputados.

**Graça** Os “memes” não são humorísticos. Alguns replicam estudos noticiados de entidades como a Confederação Nacional do Comércio, dizendo que um terço das cidades tem mais aposentados do que trabalhadores formais. Outros têm projeções da Secretaria de Política Econômica.

**Cadeira** Abrão Árabe Neto deixou a secretaria de comércio exterior do MDIC e será vice-presidente da Amcham Brasil. Lá, vai liderar as áreas de comércio internacional, relações governamentais, jurídico e arbitragem e mediação.

**Oficial** Em nota, o Ministério da Economia reitera que ele é servidor de carreira e que “está de licença para tratar de interesses particulares”, podendo retornar ao cargo.

**Eu bebo, sim** A Johnnie Walker lança nesta semana uma campanha para que fãs brasileiros do uísque estampem suas imagens em rótulos do Red Label. Em 2018, a marca modificou sua estampa ao tirar pela primeira vez em 110 anos o clássico homem andarilho.

**Top 100** A [Jane Walker, edição feminina da bebida](#), vendida só nos EUA, entrou na lista de personalidades da Time —ao lado de gente como Michelle Obama, Alexandria Ocasio-Cortez e Jair Bolsonaro.

**Dono da floresta** Ninguém sabe bem onde vai dar a disputa de mais de oito anos pelo domínio ‘.amazon’ na internet. A Ican, organização global que designa endereços e números na web, “ainda não tomou a decisão nem concluiu quando ela será tomada”.

**É nosso** A batalha envolve a gigante Amazon e os oito países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. O Itamaraty questiona a solicitação da empresa, que no dia 17 pediu à Ican uma decisão final. O domínio seria como um ‘.com’ e atribuiria o nome amazon exclusivamente à marca na internet.

**De quem?** Segundo a Icann, o elemento crucial em casos do tipo é a proteção do interesse público. A Amazon pagou US\$ 185 mil pelo domínio.

**Portas fechadas** O Museu Americano de História Natural, o mesmo que se recusou a abrigar evento em homenagem a Jair Bolsonaro em Nova York, no dia 14 de maio, vai receber o governador de São Paulo, João Doria, no dia 15.

**Portas abertas** Doria [discursará no jantar da Sugar Week](#), evento do setor de cana, que acontecerá no museu. Ele deve aproveitar o palco para exaltar o etanol e dizer que Brasil tem interesse em abrir mercados para o produto em países como a China.

**Armazém** A busca por galpões logísticos em São Paulo melhorou no primeiro trimestre, segundo a corretora Colliers. A absorção líquida (a área locada menos a área devolvida) foi a melhor para o período em quatro anos, com alta de 16% em relação ao primeiro trimestre de 2018.

**Apetite** Pesquisa de intenção de investimentos feita em março pela Fiesp com 447 indústrias conclui que a disposição cresceu. Subiu de 57% em 2018 para quase 68% agora a parcela dos que tinham intenção de investir.

**Espera** Mas falta o gatilho. “Vamos aprovar logo as reformas para destravar a economia e esse país decolar”, diz Paulo Skaf, presidente da Fiesp.

**Com Igor Utsumi e Paula Soprana**

*Painel S.A.*

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV-SP. Foi repórter de Mercado e correspondente da Folha em Nova York.



|                            |                  |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Mercado |
| Data: 25/04/2019           | Página: --       |

## FOLHA DE S.PAULO

### Empresários temem por futuro da reforma da Previdência e cortam vagas em março

#### ***Nº menor de dias úteis por causa do Carnaval também contribui para queda***

25.abr.2019 às 2h00

**Danielle Brant**  
**Brasília**

São duas as explicações apontadas por analistas para o [fechamento de 43.196 vagas formais](#) no país em março. A primeira envolve o menor número de dias úteis por causa do Carnaval, associado a uma correção do dado forte de fevereiro, que foi revisado de 173 mil para 182 mil postos com carteira assinada criados.

A segunda, sustentada por outros indicadores econômicos, é que os empresários decidiram colocar seus planos em banho-maria, diante da dificuldade de articulação política do governo no Congresso, que ameaça desidratar pontos considerados chave da reforma da Previdência.

Os dois fatores somados significaram que, em março, foi aberto 1,26 milhão de vagas de trabalho e fechado 1,3 milhão, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Foi o pior resultado para o mês desde 2017, quando o saldo de postos com carteira assinada ficou negativo em 63.624.

Dos 8 setores analisados, 5 tiveram saldo negativo. O comércio registrou o pior resultado, com 330.121 vagas fechadas, ante 301.318 abertas (-28.803). Já serviços teve maior saldo positivo, com 4.572 postos. Todas as regiões do país tiveram desempenho ruim. O Nordeste teve o maior saldo de vagas fechadas (-23.728), e o Centro-Oeste, o menor (-1.706).

Na leitura do governo, o fechamento de vagas em março foi fruto do dado acima do esperado em fevereiro.

Segundo o secretário do Trabalho, Bruno Silva Dalcolmo, setores que normalmente contratavam em março anteciparam as contratações para fevereiro, enquanto os que demitiam decidiram concentrar as dispensas de funcionários no mês passado.

Ele diz que também viu impactos relacionados à confiança: "Provavelmente, a demanda no início do ano foi aquecida o suficiente para que os empresários mantivessem os trabalhadores contratados e atrasassem as demissões de fevereiro para março".

Para analistas, confiança não é a palavra certa para descrever o sentimento atual dos empresários, diante de uma reforma da Previdência ainda mergulhada em incertezas e em meio a dados que inspiram pouca segurança em uma retomada forte da atividade econômica.

"Tem um problema com o calendário, com o Carnaval em março, o que bagunçou os indicadores. Mas há indicações claras de que o ritmo da atividade no primeiro trimestre entrou em fase de espera, na expectativa do avanço da agenda reformista", afirma Silvio Campos Neto, economista da consultoria Tendências.

Ao mesmo tempo, o governo deu sinais de que teria dificuldades para construir sua base de apoio no Congresso, esfriando os ânimos de empresários e investidores.

O reflexo desse pé no freio foram as várias revisões de perspectivas para a economia brasileira neste ano — a mais recente, de segunda-feira (22), projeta crescimento de [1,71% do PIB](#) (Produto Interno Bruto) em 2019. Quatro semanas atrás, a alta prevista era de 2%.

No trimestre, o saldo ajustado de vagas foi positivo em 164,2 mil, queda de 15,9% em relação aos 195,2 mil do mesmo período de 2018. Em 12 meses, o acumulado é de 472.117 postos criados.

Nem a aprovação da reforma da Previdência na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), da Câmara dos Deputados, na noite de terça (23), é suficiente para se traduzir em confiança. "O que aconteceu é positivo, o governo teve uma margem boa, mas foi só um primeiro obstáculo superado. Há uma tramitação longa e difícil na comissão especial, onde as tentativas de diluição das medidas devem ser maiores", avalia Campos.

Para ele, os próximos dois meses ainda devem ser de cautela. Ainda assim, os dados do Caged de abril devem mostrar uma recuperação, acredita.

Fabio Ramos, economista do UBS, compartilha dessa avaliação. "O tamanho dessa queda de março não faz sentido, é um outlier [valor que foge da normalidade]. Tem uma coisa mais pontual que vai consertar em abril, em meio a um conjunto de números mais fracos da economia", afirma.

Ele lembra que, mesmo quando a economia começa a retomar, o emprego não reage tão rapidamente. "O desemprego se move devagar. A demissão é o último recurso das empresas, não é fácil sair cortando. Assim como, quando melhora a economia, a empresa não sai contratando. Você adiciona hora extra, novos turnos, e, por último, faz novas contratações", diz.

Além disso, é possível haver um efeito, já identificado até por Jair Bolsonaro, de aumento do desemprego conforme a economia melhora e as pessoas se sentem mais confiantes a procurar trabalho, diz Renan Pieri, professor de economia do trabalho da FGV.

"Mesmo se for uma reforma potente, demora meses para empregos serem gerados, para avaliar o mercado, construir plataformas. Não é essa reforma da Previdência que vai salvar a economia brasileira. A gente fala muito porque é uma situação de curto prazo e urgência, mas tem outras coisas travadas", complementa.

Em março, houve um [saldo de 6.041 postos de trabalho](#) na modalidade intermitente, ante 4.665 no mês anterior, e 2.129 na parcial — foram 3.515 em fevereiro.

Para o secretário Bruno Dalcolmo, não há migração de contratos de tempo indeterminado para os intermitentes. "A gente não identifica isso no mercado, isso foi muito discutido no momento da concepção do intermitente. É a forma de trazer para o mercado formal quem estava na informalidade."

Dalcolmo lembra que os contratados pelo regime intermitente contam com o mesmo respaldo dos admitidos pela CLT. "O objetivo era que o empresário não arbitrasse do ponto de vista financeiro. Quando os custos são os mesmos, o que determinará o tipo de contratação é o tipo de atividade do empresário."

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| Veículo: O Globo | Online           |
| Data: 24/04/2019 | Coluna: Economia |

**O GLOBO**

## Governo diz que reforma da Previdência vai gerar economia de R\$ 350 bi para estados

Estudo, antecipado pelo GLOBO em março, é divulgado no dia em que partidos tentam retirar os entes da proposta

**Marcello Corrêa**

24/04/2019 - 17:43 / Atualizado em 25/04/2019 - 07:16



Sessão da CCJ da Câmara dos Deputados Foto: Jorge William / Agência O Globo

BRASÍLIA - No dia em que partidos do Centrão ameaçam tirar estados da reforma da Previdência, a equipe econômica divulgou um estudo que prevê que a medida traria economia bilionária para os entes. De acordo com as projeções, os governos locais deixariam de gastar R\$ 350,6 bilhões nos próximos dez anos se adotarem as mudanças nas regras em análise pelo Congresso.

A estimativa havia sido [antecipada pelo GLOBO no fim de março](#) . Na ocasião, a projeção era de economia de R\$ 330 bilhões, um pouco menor que o número divulgado nesta quarta-feira porque o levantamento preliminar ainda não incluía o Distrito Federal.

A reforma da Previdência encaminhada pelo governo ao Congresso prevê que todas as mudanças previstas na proposta sejam válidas imediatamente para estados e municípios. Nesta quarta-feira, após o projeto ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), líderes partidários articulam alterar o texto para que as alterações só afetem a União. Eles argumentam que teriam todo o ônus político de aprovar medidas impopulares junto a servidores.

De acordo com o estudo, a maior parte do impacto fiscal esperado para estados viria da mudança de regras nas aposentadorias de servidores civis, que gerariam economia de R\$ 299,02 bilhões, 85% do total. Os outros R\$ 51,64 bilhões poupados seriam resultado das alterações nos regimes dos policiais militares e bombeiros.

Como mostrou a reportagem do GLOBO, a economia é consequência das novas regras de cálculos para os benefícios, nas alíquotas de contribuição e no tempo de atividade dos servidores previstas na proposta de emenda à Constituição (PEC) da Previdência, que será agora analisada na Comissão Especial, onde deve ser alterada.

No Rio, a economia esperada é de R\$ 32,01 bilhões, pouco menos de 10% do total. Maior economia do país, São Paulo será o estado onde o impacto fiscal será maior, de R\$ 59,06 bilhões, sempre em dez anos. O governo estima, para a União, que a reforma da Previdência resultaria em uma economia para os cofres públicos de mais de R\$ 1 trilhão, mas analistas já esperam que esse valor não será atingido por causa da esperada desidratação que o texto deve sofrer a partir de agora.

Em comunicado, o secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, afirma que, com a economia esperada, seria possível que alguns governos locais consigam sanar seus déficits previdenciários. No ano passado, só quatro estados fecharam com saldo previdenciário positivo: Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. Os demais registraram déficit que, somado, chegava a R\$ 90 bilhões anuais.

# Tribuna

## Após aprovação na CCJ, Maia cria comissão especial para discutir a Previdência

CORREIJO BRAZILIENZE E  
ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criou, ontem, a comissão especial que discutirá a reforma da Previdência. O texto foi admitido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa na noite de anteontem, após uma reunião que durou nove horas. O grupo que será responsável por analisar o mérito da proposta terá 49 integrantes titulares e 49 suplentes. O ato de criação foi lido no plenário da Câmara no início da tarde, pela deputada Geovânia de

Sá (PSDB-SC), que presidia a sessão. A ideia inicial era de que tivesse 34 titulares e 34 suplentes, mas o presidente preferiu ampliar o número.

As vagas serão distribuídas entre os partidos, de acordo com o tamanho de cada bancada na Casa. Os líderes partidários já começaram a indicar os deputados. A expectativa é que a comissão seja instalada na semana que vem, quando haverá a primeira reunião. A exigência para marcar a data de instalação é de que pelo menos 25 membros já tenham sido escolhidos. Depois, serão definidos o presidente e o relator.

Maia se encontrou, pela manhã, com líderes partidários e com o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, para discutir a tramitação. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, também participou do café da manhã, na Residência Oficial da Câmara, em Brasília.

Permuta - O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a Câmara dos Deputados "não está trocando nada" ao responder se os parlamentares negociaram a aprovação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ)



**O PRESIDENTE** da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criou, ontem, a comissão especial que discutirá a reforma da Previdência

por emendas extras. "O Orçamento está contingenciado, a reforma foi aprovada. Agora, se executar o Orçamento for crime não sei mais como se faz política. Agora, uma coisa é execução do Orçamento, outra coisa é trocar e a Câmara não está trocando nada", disse. Líderes do Centrão dizem que o governo chegou a oferecer emendas extras para os deputados em conversas sobre a

aprovação da reforma da Previdência. A oferta teria sido feita em reuniões individuais realizadas na semana passada entre Maia, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e os líderes. A oferta seria de R\$ 10 milhões por ano em emendas, o que totalizaria R\$ 40 milhões ao final da legislatura.

Partidos do Centrão já se movimentam para mudar o texto da proposta na Comissão Especial que

vai tratar do tema. Será nesta comissão onde os parlamentares vão analisar pontos como idade mínima, benefícios sociais e regras de transição. A principal pressão é para deixar de fora da reforma os estados e municípios, apesar de alguns governos estaduais estarem praticamente quebrados. O próprio partido do presidente Jair Bolsonaro, o PSL, pretende apoiar uma emenda neste sentido. Os deputados federais alegam que não querem assumir sozinhos o desgate político com os servidores.

Apesar de ser um ponto crucial para reequilibrar as finanças dos estados, retirar os servidores municipais e estaduais da reforma não teria impacto na economia prevista para a União de R\$ 1 trilhão em dez anos. Por isso, técnicos do governo a par das discussões avaliam que uma alternativa seria recuperar a proposta do ex-presidente Michel Temer, que dava prazo de seis meses para governadores e prefeitos aprovarem reformas nas suas assembleias e, caso não fizessem nada, valeriam as regras de aposentadoria dos servidores da União.



RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

Três dos quatro baianos que integram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados votaram a favor da reforma da Previdência, que foi enviada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), e defenderam a matéria. O único voto contrário ao texto foi do deputado federal Nelson Pelegrino (PT). Já os parlamentares Arthur Maia e Paulo Azi, ambos do DEM, e João Roma (PRB), foram a favor da proposta, que segue agora para a comissão especial. No colegiado, Roma disse que a reforma é

**O ÚNICO** voto contrário ao texto da reforma na CCJ foi do deputado federal Nelson Pelegrino (PT)

## Deputados baianos defendem reforma em comissão

"urgente". "Urgente é a necessidade do povo brasileiro para que as reformas aconteçam. Urgente é a necessidade daqueles que mais precisam de providências do estado brasileiro. E essa é a responsabilidade que nós não teremos a covardia de nos omitir perante o povo brasileiro. O PRB vota sim", declarou.

Maia criticou o fato de o PT ser contra a reforma da Previdência. "Como se o PT se tivesse vencido a eleição teria uma postura diferente daquela que tem sido tomada pelo governo Bolsonaro. Nós sabemos que foi Lula que fez a taxaço dos inativos. Foi Lula que acabou

com a integralidade do funcionalismo público. Foi Lula que acabou com a paridade do funcionalismo público. Foi Dilma que estabeleceu o primeiro capítulo da capitalização criando a Funpresp no Direito Previdenciário brasileiro. Nós temos que ter coerência. Eu sou a favor da reforma porque sei o quanto é importante. O Democratas tem compromisso com o Brasil". Em uma postagem na rede social Instagram, Nelson Pelegrino criticou o fato de o governo não divulgar dados da reforma da Previdência. "Olha que absurdo. O governo disse que os dados que embasam a sua

proposta não podem ser conhecidos pela sociedade e pelo parlamentar, que vai votar a reforma". O parecer do relator, Marcelo Freitas (PSL-MG), aprovado na CCJ é uma versão desidratada da reforma após acordo com partidos do centrão, que ajudaram a adiar a tramitação em mais de um mês. Ele fez uma complementação em seu relatório alterando quatro pontos: retirada de artigos que previa o fim do recolhimento de FGTS a aposentados, ampliação do foro para que ações contra o INSS sejam votadas em todo o país, retirada da idade de aposentadoria compulsória da Constituição.

25/04/2019 - 05:00

## Partidos querem tirar Estados da reforma

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Insatisfeitos com os governadores do Nordeste, que fazem um discurso contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, a maioria dos partidos da Câmara está defendendo a aprovação de emenda para que as mudanças não sejam aplicadas automaticamente para os Estados e municípios com regime próprio de previdência.

Há duas alternativas em discussão: que esses Estados e cidades tenham um prazo para aprovarem regras diferentes na assembleias legislativas e, se não fizerem isso, a reforma federal seria aplicada aos seus servidores; ou que os governadores e prefeitos simplesmente fiquem de fora do projeto e tenham que aprovar nas assembleias ou câmara municipais suas próprias reformas.



*Daniel Coelho: "Eu não posso impor um projeto para um governador que não concorda com ele. Que cada governador faça a reforma como achar melhor"*

O movimento, mostrado pelo **Valor** em março, passou a receber o aval do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que tenta construir um acordo com os governadores para votar a reforma com apoio das bancadas estaduais, mas enfrenta a resistência dos nordestinos, controlados na maioria por PT, PCdoB e PSB, de oposição ao governo.

O PSB, por exemplo, que comanda Pernambuco e Paraíba, se reunirá hoje em Brasília para "fechar questão" contra a reforma, o que significa punir os parlamentares que votarem a favor do texto. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), é um dos favoráveis, mas deve ser voto vencido.

Deputados de partidos do Centrão, como PP, PR, PRB, PSD e PTB, que votam com o governo Bolsonaro, mas são base aliada dos governadores de oposição, reclamam que são estimulados por eles a votarem a reforma, enquanto os deputados de PT e PSB fazem até caravanas contra o projeto. Também há críticas sobre os deputados estaduais, potenciais adversários dos parlamentares federais em 2022, serem poupados do desgaste.

Líder do Cidadania (antigo PPS), o deputado Daniel Coelho (PE) recolhe há três semanas assinaturas para uma emenda que retirará os Estados e municípios com regime próprio de previdência da reforma. "Eu não posso impor um projeto para um governador que não concorda com ele. Que cada governador faça a reforma como achar melhor", disse.

Essa emenda é mais dura do que a aplicada na reforma do governo Temer e que era negociada pelos líderes até então, para dar um prazo de seis meses para os governadores que não concordarem com os termos estabelecidos no Congresso alterarem eles para seus próprios servidores. Se não fizessem isso, mostrariam que concordavam com o projeto.

Segundo Coelho, a emenda recebeu apoio de partidos como Pode, PSC, PTB e Patriota, não terá impacto na economia esperada pelo governo federal, de R\$ 1,1 trilhão em 10 anos, porque só diz respeito as contas dos Estados e municípios, e ainda facilitará a aprovação pelo Congresso, já que retirará a pressão dos numerosos servidores estaduais, como policiais e professores.

Nos bastidores, um comandante do Centrão aponta ainda outro prejuízo para os Estados. O plano anunciado pelo Ministério da Economia para liberar recursos para os governadores investirem dependerá do tamanho do ajuste nas contas de cada Estado. Sem a reforma, o valor que será liberado é bem pequeno, se não for zero, disse esse parlamentar.

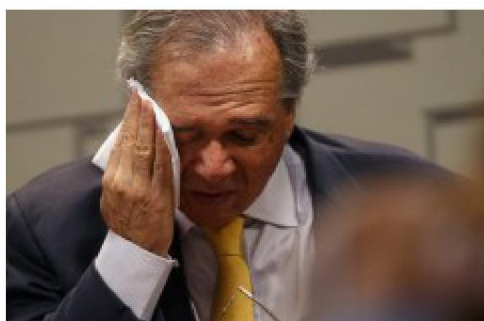
Outra alternativa é replicar o prazo de "adesão" estabelecido na reforma do governo Temer. "Assinei a emenda do Daniel e abrirei espaço na bancada para que ele a defenda, mas ponderei que acho mais apropriado conceder um prazo para chancela das assembleias porque isso atingiria o mesmo objetivo e realiza o ajuste", disse o líder do PSD, deputado André de Paula (PE).

Essa emenda permitiria retirar o discurso da oposição, mas realizar o ajuste nas contas estaduais e municipais. Governadores como Wellington Dias (PT), do Piauí, tem reclamado da possibilidade de exclusão dizendo que, quando os governos estaduais quebram, a União é chamada a socorre-los e com isso gasta bilhões sem resolver o problema estrutural, como ocorreu com o Rio de Janeiro.

25/04/2019 - 05:00

## Regime de capitalização terá que ser detalhado

Por Ribamar Oliveira



Aprovada a proposta de reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, as dificuldades do governo serão ainda maiores daqui para frente. Agora é que começa a discussão para valer, pois cada mudança será avaliada com lupa e ficarão claras as perdas de cada um dos futuros aposentados. Não há dúvida que a maioria da população é favorável à reforma da Previdência, sabe que ela é fundamental para o equilíbrio das contas públicas, mas a necessidade inquestionável das mudanças tende a obscurecer quando cada um fica

sabendo em quanto será atingido.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, prometeu apresentar todas as informações sobre as alterações que estão sendo propostas, os dados em que as medidas foram baseadas, as planilhas utilizadas, o impacto fiscal de cada mudança e as projeções para o gasto futuro da Previdência.

Com as planilhas e os dados apresentados, as consultorias da Câmara e do Senado, os consultores e especialistas do mercado farão suas próprias projeções para verificar a consistência das propostas do governo. Isso é normal e até mesmo desejável, em uma sociedade democrática, principalmente no caso de alterações previdenciárias, que atingem dezenas de milhões de pessoas.

### ***Reforma entra, agora, em sua fase mais difícil***

Cada mudança proposta poderá ser quantificada, ou seja, será possível saber qual a contribuição que ela dará para a redução total da despesa e quem serão os eventuais "perdedores". Isto dificultará muito o andamento da reforma, pois as informações detalhadas alimentarão lobbies de toda natureza. Mas não há como ser diferente, em um regime democrático.

Quem acompanhou pela televisão a votação da reforma na CCJC da Câmara, na noite de terça-feira, constatou que muitos deputados votaram favoravelmente à admissibilidade da proposta fazendo ressalvas a vários pontos do texto. Além da mudança no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que boa parte não admite aprovar, as alterações na aposentadoria rural também têm alta probabilidade de não constarem do texto substitutivo a ser votado.

Os dados e as projeções que o secretário vai apresentar mostrarão que o impacto fiscal das duas mudanças será muito pequeno, o que ajudará muitos a sustentar com maior veemência o voto contrário a elas. A Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade do Senado, estimou que o aumento de 55 para 60 anos na idade mínima para aposentadoria da trabalhadora rural tem um impacto fiscal de R\$ 49,6 bilhões em dez anos.

A IFI estimou também que as mudanças no BPC poderiam gerar uma economia de R\$ 28,7 bilhões no mesmo período. A entidade do Senado não emitiu juízo de valor sobre as mudanças na Previdência. Procurou apenas estimar o impacto fiscal de cada medida.

Com os dados, os deputados saberão que as duas medidas economizarão R\$ 78,3 bilhões em dez anos e poderão argumentar que a exclusão delas não inviabiliza a meta de economia de R\$ 1 trilhão com a reforma. O ministro da Economia, Paulo Guedes, no entanto, tem dito que se alguma medida for retirada da proposta, outra terá que ser apresentada para compensar a perda.



A IFI estimou que a economia a ser obtida com as mudanças propostas no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será de R\$ 670,9 bilhões, em dez anos. A projeção do governo é de R\$ 715 bilhões. Do valor projetado pela IFI, R\$ 352,2 bilhões, ou seja, mais de 50% do total, decorrerão do fim da aposentadoria por tempo de contribuição. A mudança na aposentadoria por idade permitiria uma economia de R\$ 143,4 bilhões, as alterações nas regras da pensão por morte, outros R\$ 100,1 bilhões, e as mudanças na aposentadoria por invalidez, R\$ 75,1 bilhões.

Há uma medida na proposta do governo que também enfrenta grande resistência: a criação de um novo regime de Previdência Social, organizado com base em sistema de capitalização, na modalidade de contribuição definida e de caráter obrigatório para quem aderir, em substituição ao atual regime de repartição simples.

Existem poucas informações sobre o novo regime na proposta de emenda constitucional (PEC) 06/2019. Está dito apenas que será garantido pelo governo um salário mínimo como piso para todos os aposentados e a possibilidade de capitalização nocional. Isto significa que uma parte das contribuições poderia ser absorvida pelo próprio governo, que ficaria em débito, devidamente registrado, com cada participante.

Todas as demais questões relacionadas ao novo regime são desconhecidas. Quando ele entrará em vigor? A partir de qual renda os trabalhadores estarão em condições de participar do novo regime? Qual será a alíquota de contribuição? Ela será a mesma para todos? Haverá também contribuição patronal? Quais as instituições que poderão gerir essa poupança? Haverá algum tipo de garantia para os depósitos?

Os parlamentares vão pedir também que o governo estime o custo de transição entre o atual regime previdenciário para o de capitalização, uma vez que os trabalhadores que optarem pelo novo sistema deixarão de contribuir para o antigo, aumentando, assim, o déficit previdenciário. A economia de R\$ 1,164 trilhão que o governo espera obter com a reforma considera o custo de transição?

O governo tem dito que todas as regras do sistema de capitalização serão definidas em lei complementar, a ser enviada ao Congresso logo após a promulgação da emenda constitucional. É muito improvável, no entanto, que os deputados aprove a criação do novo regime sem que ele esteja detalhado, pelo menos em seus aspectos essenciais. Por exemplo, haverá ou não a contribuição patronal?

A discussão em torno da proposta não será apenas técnica, pois envolve questões ideológicas. Os partidos de esquerda entendem que o sistema previdenciário precisa ter um caráter de solidariedade e que este foi o desejo dos constituintes de 1988.

A saída talvez seja a proposta elaborada pelos economistas Paulo Tafner e Arminio Fraga, que estabelece que o novo regime valeria apenas para os nascidos a partir de 2014. Um prazo mais dilatado diluiria o custo da transição.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**